



ATA DA 153ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 18/09/2013, sob a presidência do Senhor Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto, realizou-se a 153ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 152ª Reunião Plenária Ordinária.
2. Posse dos senhores **Elizeu Cantarutti** e **Flavio Sukaitis**, para exercer a função de observadores especiais, titular e suplente respectivamente, representantes da Polícia Militar Ambiental.
3. Posse dos senhores **Marco Antonio Cilento Winther** e **Mauro Pereira de Paula Junior**, como conselheiros titular e suplente respectivamente, representantes da Secretaria Municipal da Cultura.
4. Posse do senhor **Nelson Aparecido Cardim**, como conselheiros suplente, representante da Força Sindical de São Paulo.
5. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia

1. Exposição sobre **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Paulo**, definido na **4ª Conferência Municipal do Meio Ambiente**, pela equipe técnica da AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana.
2. Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

Anexos:

- Ata da 152ª Reunião Plenária Ordinária do CADES .



Secretário Adjunto Manuel Victor: Bom dia. Bom dia a todos os senhores conselheiros. Eu vou pedir primeiro, mais uma vez, para tomarem cuidado, desligar os celulares, por gentileza, porque aqui dá uma interferência muito grande com o setor de comunicações. Nós vamos dar abertura então à 153ª Reunião Plenária Ordinária, nesse dia 18 de setembro de 2013, quarta-feira. Nós vamos ter uma exposição aqui, de AMLURB, do presidente, do Silvano Silvério, e eu vou passar, inicialmente, ao Luis Eduardo Peres Damasceno, coordenador geral do CADES, para ele dar prosseguimento na pauta.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom dia senhores conselheiros e conselheiras. Daremos início à 153ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Dia 18/09/2013. A pauta. Expediente: discussão e votação da ata da 152ª Reunião Plenária Ordinária. Algum conselheiro tem alguma objeção à votação? Permanecem do jeito que estão? Então votada. Aprovada. Posse do senhor Eliseu Cantarutti e Flávio Sucaits, perdão, se errei o nome. Para exercer a função de observadores especiais, Titular e Suplente, respectivamente, representantes da Polícia Militar Ambiental. Por gentileza. Sejam bem-vindos, os dois. Posses dos senhores Marco Antônio Cilento Winther e Mauro Pereira de Paula Jr., como conselheiros titular e suplente, respectivamente, representantes da Secretaria Municipal da Cultura. Sejam bem-vindos. Posse do senhor Nelson Aparecido Cardin, como conselheiro suplente, representante da Força Sindical de São Paulo. Nelson. Presente? Também dado posse. Uma salva de palma a todos os novos conselheiros. Próximo item: sugestão para inclusão de pauta dessa reunião. Eu gostaria de fazer uma inclusão, que era a criação de uma comissão especial de educação ambiental. Se todos os conselheiros estiverem de acordo, ela será criada. De educação ambiental. Certo? Então, como inclusão, depois, no final, nós falamos sobre o assunto.

(fala sem microfone)

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Já incluí na pauta de hoje. Vai ser falado já, já. A ordem do dia hoje, nós convidamos o presidente da AMLURB, doutor Silvano. Tinha mais algum item a ser incluído na pauta, senhores conselheiro? Não? Então vamos à ordem do dia. Exposição sobre o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Paulo, definida na 4ª Conferência Municipal do Meio Ambiente, pela equipe técnica da AMLURB, sob o comando do presidente, doutor Silvano Silvério. E agradecendo também ao Samuel, que está sempre colaborando, sempre com a gente aqui. Samuel, obrigado.

Silvano Silvério: Bom dia a todas e todos. Inicialmente, saudar aqui o Manuel Vitor, representante do Secretário Ricardo Teixeira, também aqui ao Luis Damasceno, a todos os membros do CADES. Nós estamos com um problema ali, de compatibilidade na apresentação. Eu vou começar aqui, a fazer a minha fala, e o pessoal, na medida do possível, vai tentar ali, conciliar para fazer a apresentação. Em algum momento, pode ser que a gente se encontre. A minha apresentação é ali, o data-show. Mas acho que não tem prejuízo. Eu estou aqui, com a apresentação. Depois a gente pode mandar para todos os conselheiros e as conselheiras do CADES, também. Eu iniciei dizendo aqui da nossa satisfação, deixo aqui também, trago um abraço do Secretário Simão Pedro, pediu que nós fôssemos porta-vozes do agradecimento dele ao CADES. A todo o apoio. Falo aqui, em nome da Secretaria de Serviços e também da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, para a 4ª Conferência Municipal de Meio Ambiente, cujo tema foi Implementando a Política Nacional de Resíduos no Município. De fato, o CADES teve uma participação muito ativa. Todos os membros, todos os... A sua instância local do CADES também teve uma boa participação. E primeiro momento aqui, é de agradecer esse apoio e essa acolhida à 4ª Conferência, que a nosso ver, foi de fato, muito importante. Começou, eu lembro muito bem, da reunião que nós tivemos aqui, onde foi apresentada a proposta, o CADES acolheu. Nós escolhemos os delegados natos para a Comissão Preparatória. Isso, de fato, é importante que a gente registre e agradeça. Faço isso, Manuel Vitor, em nosso nome, e ao mesmo tempo, fazer o nosso agradecimento à Secretaria do Verde, pelo apoio, já que a Conferência, ela foi coordenada pelas duas secretarias, e também tivemos o apoio muito grande da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, que deu um apoio importante, porque a Conferência, ela foi dialogada com todas as 31 subprefeituras para participar desse diagnóstico. Então, acho que nós conseguimos um trabalho intersecretarial, muito importante. Acho que uma boa proximidade, e uma boa articulação, porque resíduos sólidos não significa, obrigatoriamente, agenda específica da Secretaria de Serviços, nem agenda específica da Secretaria do Verde. E tem um rebatimento importante na vida, e nas localidades. E essa preocupação em fazer esse diálogo com as subprefeituras foi importante. Eu queria então, iniciar fazendo essa consideração. Essa 4ª Conferência, do ponto de vista regimental, institucional, e eu diria até mesmo normativo e legal, ele



cumpriu a sua função. Nós conseguimos fazer a Conferência. Criamos a Comissão Preparatória. A Comissão Preparatória foi composta por governo, sociedade civil, os delegados foram eleitos, depois eu vou passar aqui, todo o resultado dos delegados que participaram. Chegamos a discutir, de forma muito intensa, o Plano de Gestão de Resíduos para a cidade de São Paulo, com uma participação muito significativa, com aprofundamento e debate. E ao mesmo tempo, conseguimos subir para a Conferência Estadual. E depois, que vão chegar a Conferência Nacional, propostas da cidade de São Paulo, para a etapa estadual da Conferência de Meio Ambiente, que vai ser agora, nesse final de semana. Então, acho que esse resultado é importante a gente sinalizar. A Conferência, ela atende o decreto municipal 53.924, que foi de 17 de maio de 2013. Então, nós tivemos pouco tempo para fazer a montagem da Conferência, e, portanto, nós estamos agora, em meados de setembro, e a Conferência foi institucionalizada nesse governo a partir de 17 de maio. O prefeito então, ele convocou a 4ª Conferência Municipal de Meio Ambiente, ele criou uma Secretaria Intersecretarial, um comitê intersecretarial para a Política Municipal de Resíduos, e esse comitê intersecretarial é composto por várias secretarias, com a finalidade de internalizar o tema, nas agendas das Secretarias, e não ter uma ação única de cada Secretaria. E ao mesmo tempo, esse decreto, ele criou cinco grupos de trabalho. A aposta feita pelo prefeito é de que a política de resíduos, ela seja coordenada não por uma Secretaria, mas por um comitê intersecretarial, e ele criou cinco grupos de trabalho para internalizar, e escutar a sociedade o tempo todo, sobre cinco ações da política de resíduos, que têm importância, já que o grupo de trabalho, ele é composto paritariamente, por dez membros do governo e dez membros da sociedade civil. Então, os cinco grupos de trabalho, o primeiro deles, ele tem a finalidade de elaborar um plano municipal de educação ambiental e comunicação, específico em resíduos sólidos. A Conferência trouxe esse retorno forte, da necessidade de criar esse plano municipal de educação ambiental e comunicação em resíduos sólidos. O grupo já está instalado e está trabalhando. O segundo grupo para reelaborar o plano municipal de gestão integrada de resíduos, incluindo aí, o plano do sistema de coleta seletiva, já que nós temos várias coletas seletivas sendo implementadas na cidade. Então esse segundo grupo de trabalho é o grupo de trabalho que conseguiu analisar um conjunto de propostas, avaliar esse conjunto de propostas, submeter ao comitê intersecretarial, e esse comitê, no final das contas, aprovou a proposta que foi à discussão da Conferência Municipal de Meio Ambiente. Então, aquele documento que foi o texto base para a Conferência, ele partiu desse grupo de trabalho, foi aprovado pelo Comitê intersecretarial. Então, veja que a Conferência, antes dela acontecer, já teve um processo importante, de discussão com a sociedade. E o documento base, ele já foi feito, considerando e nasceu no grupo de trabalho 2. O terceiro grupo de trabalho, ele tem a finalidade de elaborar um programa de coleta seletiva solidária nos órgãos públicos municipais, com a inclusão dos catadores. O quarto grupo tem o objetivo de implementar as ações para resíduos da construção civil, já que esse tipo de resíduos, a gente sabe o impacto que tem na cidade, sobretudo os pontos viciados, que a gente tem na cidade, quase 3.300 pontos viciados na cidade inteira, e é um problema ainda, que a cidade tem. E o quinto e último grupo, tem a finalidade. Bom, depois de um plano de gestão de resíduos discutido na Conferência, um conjunto. Já, a política nacional de resíduos feita agora em 2010, regulamentado em 2010, revê os instrumentos legais que a gente tem no município, da política municipal de resíduos sólidos. Depois de feito tudo isso, tendo o novo plano, discutido a Conferência, a ideia do 5º grupo é propor instrumentos normativos legais para a política municipal de resíduos sólidos urbanos. Como foi o processo que começou aqui, em maio, na reunião do CADES, já no final de maio. Eu lembro que foi uma semana depois do prefeito decretar a convocação da Conferência, nós já tivemos a reunião no CADES, e nós tivemos as etapas preparatórias. Depois nós vamos mandar essa apresentação para todos os Conselheiros, e dá para a gente fazer isso sem prejuízo nenhum. Nós tivemos as etapas preparatórias de 8 de junho até o dia 27 de julho, foram todos os finais de semana, aonde nós fomos em cada uma das subprefeituras, apresentar o que era o plano de gestão. Serviu, inclusive para, de certa forma, capacitar também as pessoas, e discutir com as pessoas daquelas subprefeituras, o que seria um plano de gestão de resíduos, colherem um diagnóstico dessas localidades, sobre a gestão de resíduos sólidos. Então foi muito interessante. Nós tivemos muitas contribuições sobre como as pessoas viam a gestão de resíduos no município, a partir da sua visão em cada uma das subprefeituras, e ao mesmo tempo, nós elegemos os delegados para a etapa municipal. Então, naquelas 31 subprefeituras, nós conseguimos eleger mais de 600 delegados, o que foi, de fato, importante. No dia 31 de julho e 1º de agosto, nós tivemos as etapas temáticas. Bom, antes disso, nós tivemos a etapa... Não, a etapa indígena foi depois. Então, 31 de julho e 1º de agosto, nós tivemos etapas temáticas. Só para dizer em termos de números: as etapas preparatórias, nós tivemos 2.285 pessoas, que participaram desse processo. Então, foi um processo muito rico. Em que pese o fato de ter coincido, não coincido inevitavelmente, mas de forma proposital, com a discussão do Plano Diretor, que o Plano Diretor foi



na parte da manhã, e nós fizemos a nossa discussão pela tarde, mesmo tendo tido Copa das Confederações, que vocês lembram que a gente estava aí, nas tardes do sábado, aí, com a Copa das Confederações, nós tivemos uma quantidade muito interessante de participantes. E daí, nós viemos à etapa temática. A etapa indígena, nós tivemos a conferência, teve também a etapa indígena, fizemos na **aldeia Tenondé Porã**. Foram 26 participantes para discutir o plano de gestão de resíduos. Foi bem interessante. E fizemos a etapa preparatória em dois momentos: dia 31 de julho e dia 1º de agosto, aí na UNINOVE. Queria aproveitar até a oportunidade para agradecer o Eduardo Storopoli pelo apoio que ele deu. A UNINOVE nos recebeu em vários momentos. Nós participamos da Conferência. Foi muito importante o apoio. Queria registrar aqui o agradecimento também, Eduardo. E nós tivemos lá a etapa temática que se discutiu Coleta Seletiva de Resíduos Secos e a Logística Reversa. Foram 458 participantes em etapa preparatória, e no outro dia, 1º de agosto, nós discutimos coleta seletiva de resíduos orgânicos e os resíduos da construção civil, os resíduos de saúde e resíduos perigosos. Foi importante, porque foi um momento em que nós debatemos, quer dizer, para além dos resíduos sólidos urbanos, também, outros tipos de resíduos. Tivemos a participação do pessoal que veio participar conosco, aqui, da Colômbia, trazendo experiência sobre orgânicos, de outros lugares do Brasil, sobre a questão também, de orgânicos, e foi um momento importante. Então, foram 458 participantes na etapa preparatória. Aí nós fomos para a etapa principal da Conferência, dia 30 de agosto, 31 de agosto e 1º de setembro. No dia 30 de agosto nós tivemos a abertura e fala das autoridades. Foi um momento bastante rico, porque não se acreditava que a gente conseguiria mobilizar tanta gente, para discutir um tema tão específico, de uma política específica. Nós registramos, na abertura, em torno de 1.300 pessoas para discutir resíduos sólidos urbanos. A gente lembra que há um tempo, você tinha dificuldade de reunir 15 pessoas para discutir esse tema. Então, foi, de fato, bem interessante. Acho que por conta desse envolvimento de todas as secretarias, das instâncias que discutem a questão de resíduos no município, os Conselheiros do CADES, a comissão preparatória, que é preciso da gente aqui fazer um agradecimento público à comissão preparatória, que foi composta por uma boa parte aqui, dos membros do CADES. E nós conseguimos uma boa mobilização. Era uma sexta-feira é difícil ter essa participação. E pequenos problemas logísticos para registro, mas isso não foi problema para a gente ter aquela abertura. No dia 31 de agosto, já foi, dia 31 e 1º de setembro, foi um momento de delegados. Aí tinha também observadores. Mas nós tivemos salas temáticas aonde se debateu com os delegados, e discutimos propostas, 1º de setembro. Então, o dia 31 de agosto foi aprofundamento, na parte da manhã, do Plano de Gestão de Resíduos, aí nós separamos em grupos temáticos, dentro da Conferência. Na parte da manhã, acabou indo para o meio da tarde, e na parte da tarde nós discutimos as contribuições para a Conferência Estadual, que foi encaminhado à Conferência Estadual de 5 propostas de cada um dos 4 eixos que eu vou relatar aqui, posteriormente. No domingo, nós tivemos, portanto, o acolhimento na plenária, dessas propostas do Plano de Gestão de Resíduos, e também a aclamação das 20 propostas para a Conferência Estadual. E na parte da tarde, nós tivemos a escolha dos delegados para a Conferência Estadual. Foi um processo interessante. Bem disputado, aqueles que estiveram lá, viram. Porque nós tivemos eleição dos delegados pelos segmentos, o do Poder Público, da Sociedade Civil, dos Indígenas, e também do Setor Privado. Então foi bem concorrido. Foi reflexo do interesse na participação no tema. E terminou a Conferência em altíssimo nível. Eu diria até, uma euforia de participação das pessoas que lá estiveram. Foi um momento bastante rico. Bom, então, só para dizer, na parte da manhã do dia 31, nós dividimos em grupos de trabalho. Foram 6 grupos de trabalho, que se discutiu a Gestão de Resíduos Secos, a Gestão dos Resíduos Orgânicos, a Gestão dos Resíduos da Construção Civil e Volumosos, a Gestão dos Resíduos de Saúde, a Gestão. Quando eu estou falando Gestão, sempre são grupos. Então, a Gestão de Resíduos Perigosos Industriais, Sistema Público de Saneamento Agrossilvipastoris, Serviços de Transportes Minerários e outros. Porque o Plano de Gestão de Resíduos, não é só o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos. Ele é de todos os resíduos. Então nós estamos discutindo, na cidade de São Paulo, um Plano de Resíduos Sólidos, e foi importante a gente dividir assim. Tivemos participantes de todos os resíduos. Que têm relação com todos os resíduos. E no último grupo, se discutiu a Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos. Então, foi feita a discussão dessa forma. O formato foi ter um texto-base, se leu, os objetivos e diretrizes, depois as estratégias, programas e ações, e focou a discussão nesse objetivo, nas diretrizes e nas estratégias. É muito objetivo, porque é ruim você ter uma Conferência que discute muito, retórica. Quer dizer, essa Conferência, ela se pautou muito mais pela discussão mais objetiva, tentando contribuir com o plano, com diretrizes, estratégias. E depois, nas estratégias, ações, programas e projetos. Então, foi assim que o Plano quer ser constituído. O Samuel está me dizendo aqui que a abertura, o número aproximado foi de 1.700 pessoas. Interessante. 1.700 pessoas, no dia 30. No dia 31/8 foram 1.140, entre delegados e convidados. E também, no dia 1º, 1.140. Os números são,



de fato, bem extraordinários. Na verdade, são quase 640 delegados, aproximadamente. Nós tivemos muitos observadores também, e convidados que participaram da Conferência. É claro que esses tinham direito a voz, mas não tinham direito a voto. É o que estava no regime, no Estatuto da Conferência. Então, as propostas que subiram para a Conferência Estadual, e que depois vão chegar à Conferência Nacional, elas foram discutidas em quatro eixos. Um eixo de Produção e Consumo Sustentável, um eixo de Redução dos Impactos Ambientais, um eixo de Geração de Emprego, Trabalho e Renda, e o eixo de Educação Ambiental. Então foram muito aprofundadas, as discussões em cada um desses eixos, e também no Plano de Gestão de Resíduos. Eu lembro que o grupo de Educação Ambiental, o vereador Dalton Silvano está aqui, tem esse tema também, discutido. Meu xará. Estamos aqui, dois Silvanos, à mesa. Na falta de um, temos dois. Mas esse tema foi um tema com muito aprofundamento. Muita discussão. E o pessoal dessa área discute a fundo, essas questões, e acho que tem um... Por isso que, de fato, esse tema acabou tendo muitas contribuições. Bom, não está dando para ver aqui, mas vou deixar algumas fotos, tem um conjunto de fotos de cada uma dessas etapas. Vocês vão verificar depois, também. Mas são fotos que mostram todo o momento da Conferência, e nós temos isso registrado. Tem um CD aqui, também, que é da abertura. Depois a gente pode deixar aqui com o CADES também, para dividir pelos participantes. Bom, mas tem aqui uma sistematização em números, mas em todo o processo da Conferência, foram da ordem de 6.757... Da ordem não. Foram 6.757 pessoas envolvidas na discussão dessa Conferência. Veja que, não obrigatoriamente, sejam 6.757 pessoas, um por um. Eventualmente pode ter repetido, mas foram momentos em que se conseguiu criar um espaço de diálogo para 6.757 pessoas. É muita coisa. E nunca se discutiu tão profundamente, a questão dos resíduos da cidade. O plano de gestão de resíduos, que eu acho que é o... Talvez seja importante aqui, a gente trazer para vocês, eu não sei aqui, quanto tempo que eu teria, posso discorrer um pouco? Que daí eu já entraria no plano em si, para dizer o que foi apresentado, o que tem de conteúdo, e o que foi internalizado pela Conferência. É um Plano de Gestão de Resíduos, Gestão Integrada de Resíduos, que também tem subprodutos para o Plano de Sistema de Coleta Seletiva e as ações, tanto privadas quanto ações públicas, já que a política de resíduos tem uma relação importante com o setor privado, em função da responsabilidade compartilhada, e do princípio do poluidor pagador, que a política traz. Mas ela tem um conjunto de diretrizes, eu diria que são diretrizes, porque depois, elas se desdobram em estratégias, que são as ações, os programas e projetos, mas eu vou dizer quais que estão dentro do Plano de Gestão de Resíduos. Óbvio que esse conjunto de diretrizes, eles estão dentro de um princípio que é o do controle social. O controle social vai permear a implementação do plano. Já começou a ser importante, porque a Conferência, ela é um momento de explicitação do controle social, e a Conferência é quem deu subsídios para a elaboração do plano. Então, eu poderia dizer as diretrizes principais que estão no plano que seria a reestruturação da coleta seletiva de secos, vinculada à logística reversa das embalagens em geral, porque o setor privado é que tem responsabilidade importante. Quer dizer, não é o município que leva à casa das pessoas, embalagens, e 70 a 80% do que compõe a fração seca dos resíduos sólidos urbanos, é de embalagem. Basta olhar para o resíduo da casa da gente. Eu tenho feito isso, já tem quase três anos. Toda vez que eu vou à linha lixeira, ali, de secos, eu olho para ela e digo assim: o que tem nessa lixeira? Mas você pode verificar: é de 70 a 80% são embalagens, em geral. Então, essa diretriz da reestruturação da coleta seletiva de secos com a logística reversa que a gente tem que trazer o setor privado, que é quem coloca o produto no mercado, e o cidadão consome, depois ele vira resíduo, a partir do momento em que ele deixa de usar. Então, é importante. O plano tem essa visão muito forte. Um plano de coleta seletiva para a cidade, vinculado a um sistema de logística reversa de embalagens em geral, que compõem a fração de secos. A introdução do manejo diferenciado de orgânicos ficou muito claro na Conferência, a gente já tinha percebido isso na elaboração do documento base, porque nós temos 51% dos resíduos coletados na casa das pessoas são resíduos orgânicos. São os resíduos úmidos. E vai hoje, direto para o aterro. Quer dizer, não se pode imaginar que a gente tenha uma evolução da gestão de resíduos da cidade, sem ter um olhar e um manejo diferenciado desses resíduos. Então, também veio muito fortemente introduzido. A reestruturação da coleta containerizada. Também não dá para imaginar que toda coleta do município vai se dar porta a porta. E sempre, quando se aumentar a coleta, trabalhar sempre com a visão da coleta porta a porta, mesmo nos casos da coleta seletiva. Nós fomos convidados para participar, na semana passada, de um fórum global de autoridades locais de resíduos na Suécia. Eu estive participando. O convite foi feito pela ONU, lá da UNRCD, e tiveram 26 países reunidos nesse encontro, e foi muito importante o que eu vi lá na Suécia, especificamente. Guardadas as proporções, as diferenças culturais, eu cheguei até a filmar. Um ecoponto... na verdade, é um ecoponto, mas ampliado. Mas é um local que a cidade está dividida em cinco partes. E nesse ecoponto é um movimento intenso. O tempo todo, gente indo para lá. Então você vê BMW... Claro que



os carros europeus são de fato melhores, mas você vê BMW, vê Mercedes Benz, as pessoas botam uma calça especial, botam uma luva, contratam uma carretilha, e levam para lá o seu resíduo, para distribuir no resíduo o das embalagens, o eletroeletrônico, o seco, o úmido. Quer dizer, ele leva para lá, ele maneja o resíduo de forma diferenciada, e o cidadão não tem coleta porta a porta, de resíduo seco. Não existe isso. Porque a pessoa introduz uma cultura de descartar o que se faz lá, portanto, é a coleta do úmido, é o saco branco. O saco preto. No branco, o que vai não é o nosso caso, mas lá vai para reciclagem, e o preto é de orgânicos, que vai para a biodigestão. E os secos já não se têm coleta seletiva, e as pessoas vão para os pontos de entrega voluntária, levam seus resíduos secos, e têm, na Suécia, são 30% dos resíduos, são coletados, eles são coletados seletivamente, para os secos. 30%, e nós hoje, na cidade de São Paulo, temos 1,8%. Então a necessidade da gente reestruturar a coleta containerizada, um pouco com essa visão. Deixar de ter muitos caminhões rodando na cidade, e trabalhar na visão da coleta containerizada. Uma ampliação do manejo diferenciado do resíduo da construção civil e volumosos tem que ter, de fato, uma ação importante para esse tipo de resíduos. É o resíduo, eu diria 100% reciclável, o resíduo da construção civil, mesmo volumosos. E ele, hoje em dia, na cidade, ele não se dá da forma como se deveria dar. A maioria dos pontos viciados, ele começa sempre com um pouquinho de entulho ali, está certo? Aí depois vai levando um volumoso, e nós, com a Guarda agora, da subprefeitura, estamos tendo um trabalho importante de tentar acabar com esses pontos viciados da cidade, e não é fácil. Isso porque não se tem a gestão como se deveria ter. Então o plano, ele tem essa diretriz forte. A ampliação do manejo diferenciado dos resíduos de Serviço de Saúde. Tem muitos resíduos de serviço de saúde que são recicláveis. Mas que muitas vezes, vai junto com os resíduos de serviço de saúde que vai para tratamento. Isso aumenta custo, e o custo acaba aumentando a taxa de (incompreensível) saúde que é cobrada também. O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, obrigados por lei, aqui, de fato, é importante destacar: a Política Nacional de Resíduos, ela introduziu um conjunto de atividades que tem que elaborar o seu plano de gerenciamento, para essa atividade, ela ser, no momento de renovação da licença, de obtenção da licença de instalação, esse Plano de Gerenciamento de Resíduos tem que ser elaborado. Então, como objeto do Plano, o Plano traz um prazo para que todas essas atividades elaborem o seu Plano de Gerenciamento. E basicamente, é dizer o seguinte: bom, uma indústria, um hospital, qualquer atividade que é obrigatório pelo Plano, ele tem que dizer o seguinte: olha, eu tenho tais produtos no meu negócio, eu extraio de onde eu obtenho isso, como matéria prima, e eu reciclo, reutilizo, e faço o que com o meu rejeito dentro do meu processo. Esse é um Plano de Gerenciamento de Resíduos que o plano, ele traz a obrigatoriedade de cada um daqueles segmentos: resíduos industriais, da mineração, quer dizer, o município tem que receber esses planos, como parte obrigatória da atividade de licenciamento e de renovação também, das licenças. A convocação à contribuição ambiental, tanto do cidadão quanto do privado, e do próprio órgão público, essa contribuição ambiental, não obrigatoriamente no sentido financeiro, mas entendendo o manejo correto dos resíduos, como uma contribuição ambiental, significa dizer que na medida em que se aumenta a reciclagem no município, você reduz as emissões. Porque levar o resíduo orgânico para um aterro, e esse resíduo, se ele não for queimado da forma adequada, se ele não gerar energia, ele acaba emitindo. Na medida em que aumenta a reciclagem, eu deixo de extrair resíduo da natureza. Então, tudo isso tem relação, e isso faz parte da contribuição ambiental. A indução e apoio à presença de novos negócios em relação aos resíduos, quer dizer, o plano nessa discussão fica muito claro a possibilidade que se tem de novos negócios da cidade, tanto os resíduos da construção civil quanto os resíduos orgânicos, a criação de adubo, quer dizer, a preparação de adubos, os resíduos eletroeletrônicos, resíduos recicláveis em síntese. Tem um conjunto de negócios que pode a cidade evoluir e o plano também tem que induzir essa possibilidade, obviamente dentro de um mercado regulado. A diretriz de compras públicas sustentáveis. Tanto os agregados reciclados, quanto compostos orgânicos e outros, a ideia aqui é que o município e os órgãos municipais radicalizem nas suas compras, com as compras sustentáveis. A educação ambiental para o manejo de resíduos sólidos, como um componente importante, a diretriz fundamental. Agendas de implementação do plano de gestão de resíduos com as subprefeituras, fica claro que a gente tem que ter uma implementação do plano, visto a sua implementação ao longo dos 20 anos, em cada uma das subprefeituras da cidade, como é que ela vai ocorrer no espaço geográfico da cidade, como é que ela vai sendo mais bem implementada? E também uma agenda de implementação dando o plano de gestão de resíduos nos órgãos públicos. Não dá para a gente ter um plano de gestão de resíduos para a cidade, sendo que os órgãos públicos não fazem também, a sua lição de casa. Quer dizer, a famosa A3P, que é a Agenda Ambiental da Administração Pública. Quer dizer, a gente tem que ter essa agenda implementada. E, por fim, a efetivação da responsabilidade compartilhada, na gestão de resíduos sólidos. O que está se querendo dizer aqui? O que nós conseguimos coletar na conferência também deixa muito claro a



importância do setor privado chamar para si essa responsabilidade. Eu vou só dar um exemplo para vocês, o que está acontecendo em relação aos resíduos secos. Vocês viram o prefeito, inclusive, já demos a ordem de serviço para a construção de duas centrais de triagem mecanizadas, que devem já ficar prontas, em maio do ano que vem. Final de maio do ano que vem. Uma em Santo Amaro e a outra lá na Ponte Pequena. E essas duas centrais, a gente passa de 250 toneladas/dia para 750 toneladas/dia, manejar os resíduos secos recicláveis, ou seja, a gente triplica já, no ano que vem essa possibilidade. Agora, essa é só a infraestrutura. Nós vamos ter um desafio importante que é como é que o resíduo chega nessas unidades de triagem, e depois, como é que eles escoam da unidade de triagem para o mercado. Está certo? Então o nosso diálogo atualmente é com o setor privado para dizer o seguinte: bom, o município está fazendo a sua parte. Agora, quem produz as embalagens, que são 80% dos resíduos recicláveis secos, é o setor privado. E como é que ele contribui com essa logística reversa? Então nós estamos, neste momento, dialogando com o setor privado, porque nós vamos ter que fazer a coleta seletiva ampliada na cidade. Isso custa. Não é razoável que o município onere o seu orçamento para fazer uma ação que é do setor privado. E mais: uma vez esse resíduo gerenciado no galpão de triagens, e separado, e pronto para reciclar, ele tem que ser escoado. E o escoamento é obrigação do setor privado, pela Política Nacional de Resíduos. Então veja que nós temos que chamar a responsabilidade do setor privado. Isso que se quer dizer com a responsabilidade compartilhada na gestão dos resíduos. O Plano está trazendo esse componente da logística reversa vinculada à coleta seletiva. Mas mais do que isso: além do setor privado, ainda tem o cidadão. Nós, cidadãos, que temos que fazer a nossa lição de casa. Segregar na fonte. Uma vez instituído o plano de coleta seletiva de secos, levar até o local onde tem que ser levado, então tudo isso, acho que o plano, ele tem que dar conta. Então, isso é assim, basicamente, o conteúdo do Plano, como é que ele está estruturado, sob o ponto de vista das diretrizes. Eu não vou aqui, ler para vocês, mas nós temos, para cada uma dessas diretrizes que eu falei, e para cada um daqueles seis grupos de secos, orgânicos, resíduos da construção civil e volumosos, educação ambiental, nós temos aqueles seis componentes lá, os resíduos de Serviço de Saúde, Perigosos, Minerais, Industriais, nós temos um conjunto de programas, projetos e ações. Ficaria cansativo eu repetir tudo isso, mas, exemplificando, a ampliação da coleta seletiva para todos os distritos da cidade de São Paulo, com a possibilidade de garantir que todos os domicílios tenham acesso a esse programa de coleta seletiva. A estruturação da coleta seletiva nos órgãos públicos municipais, aí tem um conjunto de projetos, programas e ações, que detalham tudo aquilo que eu falei anteriormente, naqueles eixos. Está aqui nessa apresentação, e depois vocês receberiam. Agora, tem também, três transparências aqui, que ilustram, nos resíduos sólidos urbanos, o que talvez seja o de mais importante para os próximos 20 anos, que é o período de vigência do plano. O Plano, ele tem horizonte de 20 anos, e ele trabalha com a perspectiva de sair de uma condição aonde 98,2% dos resíduos vão para o aterro sanitário, hoje em dia, e 1,8%, ele é gerenciado pela coleta seletiva. Então tem aqui, um conjunto de ações que vão permitir a que ao final desses 20 anos, 2032, o município migraria para uma condição que esses 98% vão para o aterro, 14% iriam para o aterro sanitário, e entrou ali. No momento mais importante. Não sei se é isso, não é, Samuel. Talvez só aquele gráfico final, será que está aí? Não? Tudo bem. Não tem problema. Vocês acreditem no que eu estou falando, porque eu estou tentando ser fiel aqui, a o que está se discutindo no plano. Mas a evolução do manejo atual, desse percentual que vai para o aterro, para um percentual que é residual, que aí são rejeitos, e aos rejeitos cabe, pela política nacional de resíduos, o aterro sanitário. Quer dizer, só poderão ir para o aterro sanitário, os rejeitos, de acordo com a política nacional de resíduos. E a visão é que o Plano de Gestão de Resíduos migre desses 98,2% que vão para o aterro hoje em dia, para 14%, até 2032. Agora, para acontecer isso, tem um conjunto de ações, que serão fundamentais. E que a gente trabalha para que isso aconteça. Nós ainda não temos isso feito, ano a ano, até 2016. O que tem já sinalizado, que já vai ser uma grande contribuição, e talvez uma revolução no manejo de resíduos sólidos no Brasil, já vai ser a coleta seletiva para 10% dos resíduos que são coletados na cidade, eles vão ser reciclados por meio desses galpões de triagem, que têm a participação dos catadores. A ideia é a gente criar um sistema de coleta seletiva com um aumento da renda dos catadores, porque nós vamos ter hoje em dia são 250 toneladas gerenciadas nos galpões de triagem e a gente vai passar a ter 1.250 toneladas/dia. A expectativa é que cada central de triagem, a gente tem um custo operacional da ordem de 400 mil reais mensal, e uma receita, com a comercialização dos resíduos, da ordem de 1,8 milhão. E a ideia é que a gente crie um sistema de coleta seletiva, em que essa receita permita incluir mais catadores, aumentar a renda desses catadores, e também, incorporar os catadores não cooperados, os que nós chamamos avulsos na cidade. Mas aí, tem um conjunto de ações que trabalham com a perspectiva de chegar a esses 14%. Ao final, eu vou apenas ler para vocês, que está se trabalhando partindo do princípio que nós temos hoje, no município, do que somos coletado, dos 100%, nós temos 51% desses resíduos são



os chamados úmidos. E a maioria deles, orgânicos. Então 51% são os orgânicos, 35% são os secos, e 14% são rejeitos. Esses 14% que são rejeitos, são exatamente os que vão para o aterro, ao final do plano. Então a perspectiva é que a gente tenha o manejo diferenciado de orgânicos, o manejo diferenciado dos secos. E no manejo diferenciado, aí está considerada a possibilidade do incentivo ao uso de composteiras para domicílios. Do orgânico, especificamente. Incentivo ao uso de composteiras para condomínios, e fomento a iniciativas comunitárias de compostagem. Quer dizer, a ideia é criar compostagem comunitária, com hortas, com jardinagem. O fomento ao negócio da compostagem. Quer dizer, claro que todo sacolão de grande porte, pode ter ali, a sua unidade de compostagem, eventualmente comercializar adubo, esse é só um exemplo que eu poderia dar. A construção de quatro centrais de processamento mecanizado para orgânicos, que se aposta como possibilidade de introduzir uma coleta seletiva, também de orgânicos. E esse resíduo mais qualificado, ele pode ir para uma unidade de compostagem, como bom adubo. Como bom composto orgânico, sem metais. E vai sobrar o que não vai se conseguir fazer, de separação da coleta seletiva de orgânicos, é o que a gente chama da coleta indiferenciada. Então esse percentual iria, no futuro, para um eco parque da coleta indiferenciada, em que se faz a reciclagem do seco, a reciclagem do úmido, separa os dois, e vai para a biodigestão, com a possibilidade de geração de energia, e também tendo composto como subproduto. Então o manejo diferenciado para orgânicos trabalha com essa perspectiva, e dos secos também. Então é o apoio às cooperativas existentes, o fomento a novas cooperativas, quatro centrais de processamento mecanizadas, essas que eu me referi. Interessantes, por que eu estou falando agora, dos secos. As quatro centrais também, a gente teria quatro centrais de processamento de triagem para orgânicos. Significa o que for objeto da coleta seletiva. Estamos trabalhando essa possibilidade. É interessante, porque isso é importante relatar. Tinha muita discussão no início, sobre se é razoável implantar centrais de mecanizadas para secos, porque acabaria com o trabalho dos catadores, coisa do tipo, que, de fato, não vai acontecer. A perspectiva nossa é que essas centrais mecanizadas terão de fato, catadores, em torno de 30 por turno. Também eles vão fazer parte da gestão dessas centrais, e nosso compromisso com o movimento nacional, nosso compromisso com as centrais conveniadas conosco, e mesmo os avulsos, é que a gente cria um sistema de coleta seletiva, com esse incremento desse recurso pela comercialização de novos resíduos, e o que se saiu da Conferência é que não são quatro centrais de triagem. Eles trabalham para criar 11 centrais mecanizadas. Isso foi bastante discutido na conferência. É claro que isso, ao longo dos 20 anos, e a gente vai ter que trabalhar isso, ao longo dos 20 anos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Silvano, só um aparte desse tema. Até parabenizá-lo pela exposição. Eu já estive presente na prefeitura, quando você fez a exposição da questão das quatro centrais de coleta seletiva mecanizada. Achei de extrema importância, achei uma medida audaciosa. E principalmente, porque está tendo o apoio dos trabalhadores do setor. Então, quero parabenizá-lo, mas eu queria que só você completasse, com relação ao custo. Porque na época. Seria importante colocar para o CADES, da implementação dessas quatro centrais, que eu vi a exposição que foi feita na prefeitura, e da importância de nós termos a implementação. Tudo gira em torno de custo, na cidade. Nós sabemos as dificuldades do orçamento que nós temos no poder executivo, na prefeitura.

Silvano Silvério: Acho que é importante. Obrigado, vereador. Essas centrais de triagem, não sei se vocês lembram que no final do ano passado, foi feito um reequilíbrio econômico-financeiro da concessão. O reequilíbrio é do período 2004/2009, porque a concessão, ela tem esses reequilíbrios de cinco em cinco anos. Faz parte da concessão. No momento que se fez o reequilíbrio do ano passado, também o reequilíbrio incorporou um conjunto de investimentos, alteração de alguns investimentos que se previa fazer a implantação de 17 centrais de triagem. Então, já estava prevista a implantação de 17 centrais de triagem, mas as centrais de triagem feitas nos moldes do que é feito hoje. O que o prefeito verificou e discutiu conosco, no início? Quer dizer, imagine, se a gente implantar mais 17 centrais de triagem na cidade, nós vamos. Nós temos 20 centrais conveniadas. Então, nós temos 22 galpões conveniados. As 20 centrais conveniadas, nós manejamos, nessas centrais, com essas cooperativas, da ordem de 100 toneladas/dia. Então, se a gente ampliasse, ao longo desses quatro anos, mais 17, vamos dizer que a gente quase que dobraria a quantidade de resíduos manejados nessas centrais. A gente chegaria a 200 toneladas/dia. Então, seria insignificante o que a prefeitura faria, tendo feito o investimento que estava previsto. O que nós pensamos, então? Ao invés de fazer 17 centrais, pensar em uma estrutura mecanizada, o custo, de fato, é um pouco maior. Não é assim o custo das quatro centrais é da ordem de R\$ 34 milhões, se eu não me engano maior do que as 17. Isso incluindo o custo operacional para três anos. E, com a perspectiva da gente, ao invés de agregar mais 100 toneladas/dia no sistema de coleta seletiva, nós vamos agregar mais 1000



toneladas/dia. Então, é praticamente 10 vezes mais, do que a cidade vai conseguir manejar com essa mudança de concepção. Agora, o que é mais importante, é que, como eu disse o custo operacional de cada central de triagem dessas, é em torno de R\$ 380 mil, aproximadamente. Cada uma delas. E a receita operacional, eu digo comercialização dos resíduos nos moldes que é feita hoje, no galpão que a gente tem, foi-se tomado como base de Capela do Socorro, com nível de qualidade daqueles resíduos, ainda em um nível precário, nós pegamos o custo por quilo de cada um dos resíduos comercializados lá. A gente teria uma receita da ordem de R\$ 1,8 milhão. Então nós teríamos um superávit aqui, em cada uma das centrais, que vai permitir que nós criemos um sistema de coleta seletiva, com superávit, que a gente vai conseguir colocar no sistema de coleta seletiva, para incluir mais catadores, melhorar a renda, incluir alguns outros que são avulsos, da ordem de R\$ 5 milhões a R\$ 6 milhões por mês, no sistema que nós ainda estamos montando para permitir a ampliação, eu diria, tanto da qualidade dos galpões atuais, quanto à produtividade desses galpões, o que vai permitir a gente ter uma condição melhor. Agora, essa diferença entre as 17 centrais, no modelo convencional, para as quatro mecanizadas, duas delas as que nós estamos implantando, ela tem uma diferença residual. Porque o da ECOURBS, que tinha que implantar cinco galpões então trocou cinco por um, da... Desculpe. São 12 galpões da ECOURBS, e 5 da LOGA. São as áreas diferenciadas. Então, para essas duas centrais de triagem, a diferença foi muito pequena. Então, não se teve praticamente nenhum custo adicional. E que é sempre possível se discutir no reequilíbrio. Agora, nossa aposta também, é que a gente consiga chegar com o setor privado, ao discutir aquela logística reversa, e também fazer com que eles possam apoiar na implantação desta infraestrutura, porque nós estamos falando de um resíduo, que ele é um resíduo que o setor privado tem que ajudar a bancar. Tanto a coleta seletiva, quanto também, essas unidades. Então a diferença não foi tão grande, eu diria, para o impacto que tem na cidade, vereador. Então, são mais ou menos os números. Bom, além disso, nós estamos trabalhando com a possibilidade de modernizar as centrais de triagem, das 20 centrais que a gente tem, conveniadas com as cooperativas. É o recurso, a carta-consulta que está no BNDES, que nós vamos, também, semimecanizar essas centrais de triagem e atender (incompreensível) melhora para a atividade dela, partindo de uma produtividade que chega da ordem de quatro toneladas/dia, que pode chegar a 24 toneladas/dia em cada central. E mantendo os catadores, melhorando renda, quer dizer, isso é uma boa perspectiva. E ao final, para aqueles resíduos que não se consegue coletar pela coleta seletiva, no manejo diferenciado, também vão para o eco parque. Uma parte que é seco vai para a reciclagem, outra parte que é úmida, vai para a biodigestão, como eu falei anteriormente. No mesmo eco parque. A mesma unidade. A ideia é que recepcione esses resíduos. Bom, eu diria que, de forma geral, tem aqui, os programas, projetos e ações, como eu falei anteriormente, para orgânicos, para secos, para os resíduos da construção civil e volumosos, resíduos de serviço de saúde, para a logística reversa. Quer dizer, o plano traz a visão da implementação da logística reversa, para os resíduos secos, portanto, as embalagens em geral, mas também, a necessidade do município internalizar a logística reversa de pneus, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes, eletroeletrônicos e agrotóxicos, e, além disso, um conjunto de outros resíduos dos volumosos, que têm muitos móveis, dá para a gente (incompreensível), o resíduo dos têxteis, que a gente tem aqui, nessa região do Brás. E o plano de gerenciamento aí, dos resíduos sólidos privados. Bom, acho que é isso. Vocês já devem estar cansados. Eu falei bastante. Mas acho que a gente podia mais, debater. Obrigado, gente.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado, Silvano, pela brilhante explanação. Senhores Conselheiros, se quiserem fazer alguma pergunta, por gentileza, que façam a pergunta direta. Então, vamos começar com o Ângelo, primeiro inscrito. Por favor.

Cons. Ângelo: Ângelo Iervolino. Sociedade Ambientalista Leste, representando a Leste 3. Bom dia a todos. Silvano, assim me permite, nós, da zona leste, temos um trabalho já há mais de 15 anos, a questão da coleta seletiva, no qual eu sou diretor de meio ambiente, e a Delaine Romano, que vocês conhecem, fez parte aí, da Câmara Técnica, é presidente do fórum e coordenadora do programa de coleta seletiva. A questão dos quatro equipamentos mecanizados, agora, inicialmente, os dois que ficará pronto o ano que vem a questão da logística. Hoje, a gente sabe que as pessoas que são ambientalistas, que têm esse compromisso, elas descartam corretamente, os materiais recicláveis, independente do programa. A gente sabe que, hoje, a cidade de São Paulo não tem uma campanha em massa, a respeito da coleta seletiva. Tendo essa coleta seletiva, vai ter aumento da demanda. Certo? Como se dará essa coleta, se todos os lugares vão ser contemplados, ou somente onde estão as duas centrais? Há possibilidade de criação ainda, de novas centrais?



Silvano Silvério: Ângelo, obrigado. E obrigado também pela sua contribuição na Conferência, em vários momentos. Você participou da temática, também. O que acontece? Hoje, a gente não pode falar em campanha de coleta seletiva na cidade, porque nós não temos a infraestrutura, caso a população adira a uma coleta seletiva, primeiro, não tem uma forma de fazer a coleta seletiva. Ir à casa das pessoas, eventualmente, garantir os pontos de entrega voluntária. E outra, não ter a infraestrutura. Então, a nossa aposta, e o nosso cronograma são: estão em fase de implantação, essas unidades mecanizadas. Elas estão bem evoluídas. O Secretário Simão esteve, inclusive, em uma visita, para participar junto com o Rogério, nosso chefe de gabinete lá, para participar da definição final dos equipamentos. Nós estamos trabalhando equipamentos já no mercado, há muito tempo, europeu, com um grande portfólio, uma perspectiva de assistência técnica, porque a nossa preocupação toda porque o Brasil não tem essas unidades de triagem. Nós seremos pioneiros, aqui, na implantação dela, pelo menos nos sistemas de gestão de resíduos municipais, e estamos fazendo com um cuidado muito importante. Veja que nós estamos analisando custo operacional, energia elétrica, reposição de peça, facilidade de assistência técnica, velocidade de reparação, no momento que você tem o problema, internalização de maquinário. Então, tudo isso está sendo levado em conta para escolher o fornecedor. E mais, a garantia de que os catadores estejam no processo das centrais mecanizadas. Isso é muito importante para a gente, e é muito caro. Agora, a ideia é que a gente tenha uma campanha feita com essa finalidade, aonde ela for implementada. Então nós estamos, neste momento, elaborando um plano de coleta seletiva de secos, para analisar como deva ser ou pelo menos ao ver da autoridade municipal de limpeza urbana, o que seria ideal para fazer a coleta seletiva. Se vai ser porta a porta, ponto a ponto, um misto, com veículos diferenciados. A gente tem que estudar, porque a coleta seletiva custa. E a nossa avaliação inicial, se fosse fazer uma coleta seletiva porta a porta, nos moldes que são feitos hoje, em uma parte da cidade, a gente teria que aumentar em torno de 6% da tarifa que a gente paga para as concessionárias hoje. Agora, isso custa. O município não tem essa condição. É claro que nós vamos brigar para o setor privado ajudar a viabilizar essa ação. Porque o resíduo, como eu disse, não fomos nós que colocamos no mercado, está certo? Agora, nós estamos elaborando o programa de coleta seletiva. Essas duas centrais que vão ser colocadas em funcionamento, a da Ponte Pequena, e a da zona sul, que é lá de Santo Amaro, essas duas já estão. Elas vão ficar prontas até maio do ano que vem. Então, nós estamos estudando qual é a logística. O que vai para essas unidades, quer dizer, qual é a parte da cidade que vai para essas unidades, a ideia é que a gente faça campanha no geral, mas dirigida para essa unidade, que nós vamos ter os locais dos pontos de entrega voluntária, quando tiver. Aí tem que ser uma ação dirigida para quem está envolvido. Porque senão, frustra a cidade de São Paulo, dizer: separa o seu resíduo. “Está bom. Eu separo. Mas vai para o aterro?” Então, a gente tem que ter um cuidado muito grande para fazer essa relação com o cidadão, de forma qualificada, de tal forma que ele segregue, na fonte, e saiba que aquele resíduo está indo para aquela unidade. Ele vai lá e vê. Então, nós estamos com uma preocupação muito forte em relação a isso. A ideia é que a gente faça uma campanha de gestão de resíduos, porque não é só a questão da coleta seletiva, a questão dos pontos viciados. É muito forte, o fato de que o cidadão acha que ele, pondo o resíduo fora da casa dele, ele vai botar, alguém vai lá e vai catar e vai tirar. E pior que a gente cata. E a gente cata. Porque não pode deixar na cidade. Então, nós temos campanhas com um conjunto de necessidades. A específica de coleta seletiva se dará dessa forma. Definindo o plano de coleta seletiva, com rota, com pontos de entrega voluntária, eventualmente, ou eventualmente, nos ecopontos, com a possibilidade de recebimento, quando ele for estabelecido, a gente vai fazer próximo da entrada de funcionamento dessas centrais mecanizadas, aí nós fazemos uma comunicação específica, com a parte da cidade vinculada com essa implantação. E ela tem que ser assim. Não pode ser diferente senão a gente frustra, mais uma vez. E a população de São Paulo, em muitos momentos, ela foi dada a fazer a coleta seletiva, mas como não tem consequência, acaba que não pega, está certo? Quer dizer, as pessoas acabam desmoralizando o processo. Então a tendência é que a gente faça no geral, para uma conscientização daquilo que já tem mais especificamente dizer assim: “olha, o seu resíduo vai para tal central, bota tal dia...”, ou coisa do tipo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eliana.

Cons. Eliana: Bom dia, Silvério. Eu gostaria de parabenizar toda a equipe e coordenação do evento da 4ª Conferência. Eu tive um problema de doença na família, e não pude, infelizmente, participar da 4ª Conferência. Então me permita fazer algumas perguntas só de retomada de algum conteúdo, por conta do meu trabalho. Eu gostaria se possível, fazer uma síntese... ah, meu nome é Eliana. Eliana Sapucaia Rizini. Eu sou Suplente da Secretaria Municipal da Saúde, e trabalho no Programa Ambientes Verdes e Saudáveis –



PAVS. Com relação aos resíduos gerados pela comunidade indígena, nós trabalhamos, especificamente, com a Aldeia do Jaraguá, que tem uma carência tremenda na questão, não só da coleta, é tudo muito confuso. É tudo muito difícil. Como é que foram tirado, quais as principais linhas de propostas de solução para esse problema, Silvério? Essa é a primeira questão. Permita-me, a segunda questão é com relação à Política Municipal de Mudanças Climáticas. Nós falamos na Política Nacional de Mudanças Climáticas. Até que ponto a Política Municipal foi levada em consideração a essas metas? Nós temos redução de metano, que já vinha sendo calcada aí, em um processo. Então eu gostaria de retomar um pouquinho dessa questão da política. E só uma dúvida: os planos de gerenciamento de resíduos de empresas, cada empresa vai ter o seu próprio plano. Quem ficaria com essa parte, qual secretaria, ou como seria estruturado, não sei se vocês pensaram nisso, como é que vai ser esse fluxo de análise desses planos? Seria uma responsabilidade compartilhada entre várias Secretarias? Queria que você pudesse falar um pouquinho nisso. Obrigada.

Silvano Silvério: Bom, por parte aqui, a questão dos resíduos de comunidades indígenas. Bom, foi tirado o diagnóstico deles. Eu confesso a você que eu não sei te dizer, na íntegra, o que foi abordado por eles. Mas tinha aquela preocupação de embalagens de agrotóxicos, está certo? Quer dizer, e aí tem que afinar a logística reversa de embalagem de agrotóxicos específica. É uma coisa que preocupa. Tem um conjunto de ações que vão derivar do diagnóstico que nós fizemos lá. Eu não sei te dizer especificamente, com muita sinceridade, na especificidade da comunidade. Posso levantar e te passo depois, especificamente, quais foram. Sem nenhum problema. Mas eu quero dizer que eu não tenho aqui, especificamente, quais foram as ações trazidas de lá. De uma forma geral, tem a ver com essa questão de agrotóxicos, porque também tem uma relação rural, ainda, em algumas comunidades, (incompreensível) rural, nas embalagens de agrotóxicos, e problemas de coleta, também. Quer dizer...

Cons. Eliana: Coletas... Sacos de lixo.

Silvano Silvério: É. Isso é...

Cons. Eliana: Containers.

Silvano Silvério: Então nós temos... Mas, identificado o diagnóstico, a ideia é que o plano considere essa especificidade. A política de mudanças climáticas, o plano de gestão de resíduos, é muito importante dizer, que ele tem como política correlata, o plano de mudanças climáticas. Está certo? Quer dizer, o plano nacional, o plano municipal. E tem uma relação importante. O custo ambiental da não reciclagem, o custo ambiental da disposição de resíduos em lixões, mas, eventualmente, em pontos viciados, que acaba sendo também, uma forma de um lixão, toda essa perspectiva de geração de energia por biogás, quer dizer, tudo isso tem relação. E no nosso plano de gestão, ao final. Quer dizer, no início, ele já começa com essa relação entre a política nacional de mudança climática e o plano de mudança climática, inclusive a política municipal de mudança climática, em relação com a gestão de resíduos. Nós estamos fazendo essa relação entre as duas políticas. Sobretudo, para demonstrar que na medida em que a gente faz esse conjunto de ações para o manejo diferenciado de resíduos, seja de secos, de orgânicos, com a possibilidade da implantação da compostagem, tirando o resíduo do aterro, o próprio orgânico, também, tirando do aterro... Porque você tem uma perda. Mesmo que você faça a queima no aterro, (incompreensível), você acaba tendo perda também, de emissões. Não são 100% garantido. O plano vai fazer essa relação entre a mudança climática e o plano de resíduos. O municipal. E o fluxo de análise de planos é uma atribuição do comitê intersecretarial. Nós ainda vamos discutir no comitê intersecretarial, como vai ser a internalização, tanto da análise dos planos, quanto dos instrumentos que as secretarias têm, para exigir os planos de gerenciamento de resíduos. Aí nós vamos discutir no comitê intersecretarial.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: O último inscrito. Persolli. Tem mais alguém?

Cons. Milton Persolli: Bom dia. Bom dia a todos. Doutor Silvano, bom dia. Primeiramente, parabéns pela explanação. Também queria parabenizar o prefeito pela escolha, a tua escolha na AMLURB, é um técnico bastante competente. É um técnico na área. Isso é muito importante. E em um momento em que a cidade precisa ter uma visão, a tua visão técnica para uma problemática dessa. Eu tenho duas questões práticas. Eu venho da Secretaria de Subprefeituras, e tenho algumas experiências, menores, mas são experiências positivas, que são a central de reciclagem de britagem. A gente fez um trabalho no Parque do Povo, e o



Parque do Povo, todinho, foi fruto de uma... Todo o material que está disponibilizado, construído no Parque do Povo, foi fruto de uma central de britagem do prédio da biotorre, na frente. Então, todo aquele consumo daquele material foi para a central de britagem, e foi aproveitado, e foi utilizado no Parque, na construção de 100% do Parque. Isso é uma realidade. A central de britagem... Então, isso é importante. E outro que a gente tem um carinho especial, são os ecopontos. A gente sabe você mesmo nos citou da importância do ecoponto lá na Suécia. E assim, o ecoponto, eu acho que a gente precisaria qualificá-lo melhor. Eu não sei se ainda é assim, mas eu lembro que hoje, o município, ele tem um metro cúbico, só, a possibilidade de descartar no ecoponto. Então é assim, e tem materiais que também não são aceitos no ecoponto. E a gestão desses ecopontos. Hoje, a gente poderia melhorar muito um pré-agendamento dos volumosos, a gente chegar ao momento de você poder pré-agendar uma retirada de um móvel, a retirada de um volumoso da sua casa, e se descartar no ecoponto. Então, o ecoponto ser esse centro de referência para aquela região, para aquele distrito. Eu não sei como é que vocês estão pensando nisso.

Silvano Silvério: Milton, obrigado, pelas palavras elogiosas. Obrigado. É um prazer estar com vocês. Obrigado, Milton. Bom, fica claro, nas discussões que nós fizemos, um pouco, essa consciência da importância dos resíduos da construção civil, deles serem reaproveitados. Na verdade, o capítulo dos resíduos da construção civil que também é o de volumosos, ele traz a importância da gente ampliar a reciclagem que a gente faz com os resíduos inertes que vão para os aterros hoje em dia. Porque o que a gente tem é mais ou menos assim: todos os pontos viciados que a gente tem hoje, que tem resíduos da construção civil, e mais ainda, as caçambas que levam para os aterros inertes, tem um percentual lá, dos resíduos que são obrigatoriamente reciclados por contrato. Nós estamos pensando em ampliar esse percentual. O que eu falei dos novos negócios é verdade. Porque têm uma importância grande, assim, o que leva hoje, a gente não ter a possibilidade de comprar uma brita reciclada ou eventualmente, um agregado reciclado da construção civil? É o fato de que o preço, muitas vezes, é mais caro, está certo? Quer dizer, o mercado não te leva para comprar um resíduo. Quando eu vou comprar, fazer uma reforma na minha casa, eu não vou comprar uma areia reciclada, mesmo que ela tenha uma qualidade regulada pela ABNT, com possibilidade de uso. Se a gente tiver um mercado em que eu tenha essa areia em um custo menor, em um preço menor, o próprio agregado em um preço menor, eu vou comprar, com certeza, porque eu tenho certeza de que tem qualidade. Então, tem uma coisa aí, que é o mercado se regular melhor. A gente tem que dar conta, por isso que nós criamos um grupo de trabalho específico para o manejo dos resíduos da construção civil, porque a gente tem que evoluir muito. E é com todo o segmento. É com o SINDUSCON, os caçambeiros. O sindicato das empresas de caçamba. Então, nós vamos ter que evoluir muito nesse quesito, para novos negócios, de triagem e transbordo que é um negócio privado, mas que pode crescer na cidade. Nós vamos ter que trabalhar mercado, com uma boa possibilidade de garantir a compra, ou um preço bom de mercado, e ao mesmo tempo, incentivando esse manejo. Nós estamos com a perspectiva de trabalhar aqui no município, uma coisa chamada um instrumento de monitoramento e acompanhamento do transporte de resíduos da construção civil, que é o... Fugiu-me agora o nome. Mas eu vou dizer o que é. Vocês sabem o que é, pelo o nome, eu me esqueci agora, mas é um instrumento em que você consegue, no momento em que a pessoa liga para pedir uma caçamba, para contratar uma caçamba, ele alimenta esse sistema, o dono da caçamba, que tem que ser registrado em AMLURB, quando a pessoa contrata, ele alimenta o sistema. O município visualiza aquela caçamba quando ela vai para a casa do cidadão onde ela vai ser colocada, esse sistema é georeferenciado, o tempo que aquela caçamba fica na casa, ele vai ser controlado, depois, quando ele pega aquela caçamba, ele já tem que dizer para onde ele vai levar, nós vamos cadastrar todos os aterros licenciados pela CETESB e os nossos, para, no momento que ele chega e leva para o aterro aquela caçamba, ela entrou no sistema, eu sei que ela entrou no sistema, é pesado. Então nós vamos conseguir monitorar todo esse fluxo. E o que é mais importante, nós vamos ter o cadastro desses transportadores, dos resíduos, que é o CTR, agora eu lembrei o nome, podendo ser fiscalizado. De tal forma que eu consigo saber o seguinte: esse caminhão que está passando aqui, agora, abrindo o Ipad, eu sei se ele está cadastrado no município, e eu posso apreendê-lo caso ele não esteja cadastrado, e esteja transportando uma caçamba. Quer dizer, isso nós estamos, agora, neste momento, fazendo um trabalho para implantar. Então, veja que esse é um capítulo importante no manejo de resíduos sólidos da cidade de São Paulo. Essa gestão dos resíduos sólidos da construção civil vai ter uma importância muito grande por todos esses elementos que eu estou te dando. E dentro deles, os ecopontos, estão certos? Quer dizer, a meta deste governo é ampliar de... Nós iniciamos com 60 ecopontos. Esse ano, a meta era implantar 18. Nós já estamos com 13 implantados. Vamos implantar 18 até o final deste ano. E até o final de 2016, nós vamos ter 140 ecopontos implantados na cidade. Essa é a perspectiva, mas estamos avaliando que talvez a gente tenha que aumentar mais do que esses 140, talvez



sejam necessários. E mais: a gente revê a nossa prática nos ecopontos. E, eventualmente, fazendo acordos setoriais, o termo de compromisso que vai ter que vincular muito aqui, à Secretaria do Verde, porque os termos de compromisso são atribuição do órgão ambiental do município. Então termo de compromisso para implantar a logística reversa pode ser até que a gente combine logística reversa de eletroeletrônicos com ecoponto. Está certo? Quer dizer, desde que o município seja remunerado por esse trabalho que faz, então tem muita coisa para acontecer. Eu acho que a gente vai ter uma boa evolução dos ecopontos ao longo dos tempos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Agora, o último inscrito. Senhor Ivo, por gentileza.

Cons. Ivo: Bom dia a todos. Ivo, Câmara Regional do Vale do Aricanduva. Bem, me senti privilegiado de ter participado da preparatória dessa conferência. Tanto na executiva, como na nossa comissão feita aqui na secretaria, para discussão de um dos eixos temáticos de resíduos. E foi gratificante. Foi gratificante, uma equipe forte de trabalho. Pouca gente, mas deu para caminhar. Silvano, parabéns. E acho que o nosso Conselho também está de parabéns. Eu tenho algumas questões a serem abordadas. Com relação ao que o senhor acabou de colocar, a gente tinha falado a questão do zoneamento, que a chave dessa abertura de ecoponto, a chave dessa abertura de cooperativa, está presa no zoneamento. Avançou alguma coisa, esse projeto? Esse é um dos itens. E nós, da Câmara, nós da Agenda 21, (incompreensível) Leste, já há muitos anos, viemos trabalhando a questão do resíduo RCC. Junto com a Cíntia, junto com o pessoal da CETESB, buscamos locais para instalação de uma usina. Conseguimos até empresário que lida com esse artigo aqui, na cidade de São Paulo, tem máquinas para esse trabalho, essa separação. Aí vem a minha indagação. Não seria possível fazer uma parceria público-privada, e por em andamento essas ações para diminuir o impacto aqui na cidade, da questão do resíduo de construção? Item 2. Terceiro, uma angústia. É pessoal essa angústia, porque está se tratando da questão ambiental. 6h00 da tarde, um caminhão da SOMA vai limpar uma feira. Os funcionários ficam jogados na rua, aguardando, da 1h00 da tarde até às 6h00. As moças sentadas nas calçadas, porque não tem uma fiscalização. É seriíssimo isso. Acho que tem que ter uma logística de trabalho, tem que ter uma fiscalização em cima, porque eu estou elencando um projeto junto com uma associação, de fazer a compostagem. Retirar da feira, e fazer um trabalho, e depois, fazer junto com a DREI, fazer plantio em CEU. Particularmente, CEU Aricanduva. Já está acertado, isso. Mas precisamos dessa parceria de vocês para que a gente possa fazer um trabalho melhor, aqui pela nossa cidade. Obrigado.

Silvano Silvério: Ivo, também te agradecer, o apoio que você deu para a Conferência. Não só você, mas tem mais pessoas aqui. Eu fico com receio de citar, mas preciso citar você, a Nina, também passou por aqui em algum momento, não sei onde é que ela está, mas ajudou muito, também. Então é importante agradecer a vocês também e devolver aí, os elogios. A questão do zoneamento. Nós fizemos uma contribuição um pouco imponderados pela discussão da Conferência, e pela discussão do Plano de Gestão de Resíduos, para o Plano Diretor Estratégico. Porque, nesse momento, nós tivemos muito acúmulo para poder dialogar com o Plano Diretor Estratégico. Essa questão da gestão dos resíduos dos indiferenciados, dos secos, dos ecopontos, das centrais de triagem, com pouco tempo, eu digo pouco tempo, de gestão agora, mas pelo diálogo importante que nós tivemos, nós já conseguimos vislumbrar algumas áreas, para poder evoluir com o manejo que a gente pretende. Então nós fizemos um bom diálogo com o Plano Diretor, sobretudo no que diz respeito ao nosso Plano de Gestão. Porque não adianta nada ter um plano de gestão de resíduos, completamente alheio do Plano Diretor. Então nós já fizemos, com pouquíssima equipe, com pouco tempo, nós fizemos a amarração das duas coisas, o que foi bom. Agora, tem que evoluir um pouco mais na discussão se o ecoponto tem obrigatoriedade de NR3, ou se pode ser alterado. Isso também nós estamos discutindo. Porque acaba impedindo. E muita gente quer achar importante ter ecoponto, mas tem gente que acha que ecoponto é um problema, traz problema ambiental. Isso é uma discussão longa. Mas eu queria dizer para você o seguinte: nós já fizemos, quer dizer, depois de ter esse processo da conferência, e o que nós conseguimos acumular no Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, já fizemos uma ponte com o Plano Diretor, sobretudo com a implementação dos ecos parques, as centrais de triagem, ecopontos, e tudo o que nós discutimos na Conferência. Segundo, a questão da PP para resíduos da construção civil. Nós, o tempo todo, a gente recebe, na AMLURB, o secretário de Serviços, Simão, também recebe propostas, e cada vez se leva aquelas propostas milagrosas, de resolver o problema de resíduos na cidade. Mas a gente vem recebendo muitos empresários relacionados à construção civil, querendo trabalhar em uma parceria público/privada. A gente precisa analisar isso com um pouco mais de profundidade. Nós estamos em um momento... O Plano de Gestão é o momento para fazer os estudos, e depois avaliar se isso tem pertinência,



se evolui com uma PP, aí depois de a gente fazer esse trabalho, essa lição de casa, a gente vai ter uma resposta. Ainda não temos resposta para essa possibilidade. É uma possibilidade. Mas não temos ainda... Bom, sobre as feiras, quero te dizer o seguinte: nós, nesse momento, estamos trabalhando com a possibilidade de implementação do programa feiras sustentável. Que é a possibilidade de que as feiras da cidade já estão no plano de metas, que as 880 feiras da cidade de São Paulo, elas têm o manejo dos resíduos. Tanto dos secos quanto dos úmidos, e uma relação daqueles resíduos lá, principalmente os orgânicos, que tem uma qualidade muito boa. Que eles possam ir para a compostagem. Então a nossa meta é que até o final de 2016, todas as 880 feiras, elas tenham uma coleta, limpeza e coleta, e o resíduo orgânico indo para unidades de compostagem, e uma relação importante com a ABAST, para poder ajudar nas hortas, na agricultura orgânica, na educação ambiental. É um programa que vai ser bem montado com a ABAST. Então, só para te dizer isso.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Só queria fazer um comentário, que talvez um indicador importante para a educação ambiental seria a redução de matéria orgânica nos resíduos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, só o seguinte: se o senhor abrir exceção. Porque tinham encerrado as inscrições. Que senão, à medida que vai abrindo ou dependendo por causa do horário dele. Ele veio do aeroporto direto para cá.

(fala sem microfone)

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Não. Tudo bem. Certo. Então, eu abri a palavra ao senhor, e a exceção, quem pediu, foi a Secretaria de Serviços Jurídicos, também. Fazer uma pergunta ao Silvano.

(fala fora do microfone)

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Se identifique primeiro.

Orador não identificado: Realmente, o mercado é difícil, mesmo. Que a pessoa, como vai comprar com preço, às vezes, até maior, e não tem logística apropriada, ele fica difícil de chegar ao destino. Essa reciclagem, ela deveria ter um estudo tributário, porque eu acho que ela... A única maneira de ser inserida no mercado é se ela tivesse uma diferenciação nos impostos. Porque já pagou imposto em tudo quanto foi canto. Quer dizer, esse é o ponto. O ponto é fiscal. O ponto não é ecológico, nada. O ponto é fiscal. É claro que foge da alçada da prefeitura, porque vai ser mais problema de ICMS, coisa do tipo. Ou até governo federal. Eu acho que isso é ponto fulcral. Ou seja, a gente conhece um pouco de construção civil, o empresário precisa ser estimulado. E onde ele é estimulado, é no dinheiro. Que é a parte mais sensível do corpo humano. É só isso.

Silvano Silvério: Não. Eu queria concordar com você. Só concordar, porque de fato, é isso mesmo. Quer dizer, de resto, toda cadeia dos resíduos, que não é específico dos resíduos da construção civil. Que a gente vê muito é a necessidade de a gente ter... Vou dar o exemplo das lâmpadas fluorescentes, que ainda estava no Ministério do Meio Ambiente, quando a gente estava discutindo a logística reversa de lâmpadas fluorescentes. Ela tem um valor ambiental muito... Não. O caso da lâmpada é menor. É um valor agregado de reciclagem pequeno e um custo ambiental alto. A lâmpada fluorescente, você quase não recupera nada dela. Então, o custo para a logística reversa teria que crescer da ordem de R\$0,40 por cada lâmpada fluorescente. E um problema: se você não tiver o cuidado tributário, ele acaba assim, sai com um custo de R\$0,40 e quando ele acaba bi tributando nas escalas do federal, estadual, acaba indo para R\$1,20, esse custo. Onera a lâmpada. Quer dizer, então, tudo isso tem que ser considerado. Tem um grupo que foi criado, coordenado pelo Medique, para trabalhar incentivos econômicos, fiscais e tributários, para implementação da política. Isso é geral. Está certo? Mas eu concordo com você.

Cons. Eduardo: Eduardo Farias, Secretaria do Governo. Quero agradecer ao Damasceno ter aberto a palavra, porque é uma coisa bastante rápida. Parabenizar o Silvano pelo envolvimento, a capacidade de operacionalizar essa Conferência, que foi muito importante, e um passo significativo para resolver o problema da cidade. E pedir licença a ele, na verdade, para responder ao Ivo. Para dizer ao Ivo que na cidade, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, foi formado um grupo de trabalho, com a Secretaria de



Serviços e o Verde, para discutir um decreto específico para ecopontos. De maneira que não tenha mais esse problema de zoneamento como um empecilho para instalar o ecoponto. E essa discussão, ela está... Respondo ainda mais ao seu problema, é por conta do ecoponto Aricanduva que está parado, e até a subprefeita tem acompanhado de perto, a Dilian, de maneira a ter esse decreto aprovado, e levado a efeito pelo prefeito o mais rápido possível.

Silvano Silvério: Eduardo, obrigado, porque você me complementou. Eu não desci no detalhe, porque de fato, a Secretaria... Só queria registrar que a Secretaria de Governo foi uma secretaria muito importante para a gente, também, nessa questão da conferência, porque toda essa coordenação participa do comitê intersecretarial, a Secretaria de Governo, e deu um apoio fantástico para a gente, porque a Secretaria de Governo, para quem não conhece, no governo, ela tem uma ascendência grande sobre as outras Secretarias. E conseguiu internalizar no governo, essa questão. Mas de fato, é muito importante, e a Secretaria do Governo chamou para si a coordenação desse instrumento importante, para a gente garantir a ampliação dos ecopontos. Obrigado, Eduardo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Em nome do CADES, eu gostaria de agradecer o Silvano pela presença, mais uma vez. Toda vez se pede, solicita, ele está sempre, disposto a colaborar. Continuando a... Pois não.

Silvano Silvério: Eu só queria aqui, registrar e agradecer a presença do Samuel, que é o diretor de planejamento nosso, da AMLURB, e ele foi o coordenador da Conferência. Eu queria te agradecer pessoalmente aqui, Samuel, da nossa Secretaria de Serviços lá, porque foi importante, o trabalho da equipe. Assim como o Lucas participou também lá da Secretaria do Verde. Mas lá na AMLURB, ele foi uma pessoa fundamental para a Conferência. Obrigado, Samuel.

Secretário Adjunto Manuel Victor: Só, novamente, agradecer a brilhante exposição aqui, do Silvano Silvério. A elucidação aqui, das dúvidas dos Conselheiros do CADES, mais uma vez se colocando aqui, à disposição, e as informações que vão continuar a ser prestadas aqui, pela AMLURB, pela Secretaria de Serviços. Eu queria também liberar o Silvano Silvério e a equipe aqui, da continuidade, agradecendo mais uma vez, e pedir mais uma salva de palmas aqui, para eles.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Dando continuidade, o item de sugestão de pauta de hoje, que foi a criação da Comissão Especial de Educação Ambiental. Gostaria de saber se todos os Conselheiros estão de acordo? Todo mundo de acordo. Aprovada a Comissão. Os interessados deverão passar o e-mail à secretária do CADES, fazendo as suas inscrições para participar dessa Comissão. Senhor Ângelo, primeiro o senhor já tinha se inscrito, depois o senhor. Por gentileza.

Cons. Ângelo: Não. Não tem problema. Eu aguardo. Eu gostaria de saber, como é Comissão Especial, se a entidade pode mandar um representante para estar nessa Comissão, porque como eu... A minha entidade tem interesse, mas eu já estou em duas comissões, Comissões de Transportes Terminais, e não teria tempo hábil. Queria saber se a entidade pode indicar uma pessoa para estar acompanhando.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pode sim senhor. Só o senhor fazer passar um e-mail para o CADES informando o nome da pessoa que irá representar a sua entidade. Sem problema nenhum. Por gentileza, vereador.

Cons. Vereador: Rapidamente, Damasceno. Queria aqui, em primeiro lugar, informar a todos os senhores Conselheiros que no dia 25 próximo, nós teremos a audiência pública de um projeto de lei de minha autoria, 235, e que trata da Política Municipal de Educação Ambiental. Apenas para esclarecimento das pessoas que têm participado e acompanhado, nós tivemos uma audiência pública, no dia 28/08. É um projeto que já vem tramitando. 28/08 foi uma audiência pública representativa, lá. Tivemos várias entidades, ONGs, especialistas participando e opinando sobre o projeto de lei de minha autoria. Esse projeto de lei, que foi apresentado naquele momento daquela audiência pública, ele já foi encaminhado. A Secretaria do Verde está fazendo esse debate. Está debatendo, está analisando. A Secretaria da Educação também analisou, também opinou. E o (incompreensível) esteve presente com diversos representantes. Se utilizarem da palavra, passaram slides, passaram lá as informações, e apresentaram um substitutivo. Estou fazendo esse esclarecimento para



não pairar dúvida, porque na verdade, embora esse projeto de lei seja de minha autoria, esse projeto de lei, futura lei, ele pertence à cidade de São Paulo. E todos têm o compromisso de poder participar da elaboração do texto. Provavelmente, Damasceno, em função até de problemas, que nós tínhamos que ter tido a audiência seguinte no dia 11/09. Há vereadores que queriam agilizar, fazer as coisas apressadas ali, vamos votar porque é importante, e eu não estou com a pressa, eventualmente, desejada por alguns vereadores, porque é um tema que nós precisamos ter o cuidado para poder redigir, e que todos possam participar e opinar. Então, isso está sendo discutido. Provavelmente, eu vou consultar minha agenda, mas nós ficamos de conversar, inclusive, com alguns representantes do SIMEA, e alguns outros que desejavam, naquela audiência pública, participar da elaboração do texto. Obviamente que não é possível se juntar todo mundo para tentar se buscar um texto. Só tivemos ali, por exemplo, do SIMEA, mais de 10 representantes que acabaram falando. Então, pegar dois representantes do SIMEA, um representante de outra entidade, da Secretaria da Educação, da Secretaria de Serviços, da própria Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Então minha ideia é fazer uma reunião na próxima segunda-feira, que seria um dia antes da audiência pública para sabermos o que será possível acatar, do ponto de vista do texto. Então eu disse ali, na audiência pública, que obviamente, se pudéssemos acatar todas as propostas, todas as sugestões, eu não tenho nenhum problema, do ponto de vista nem político e nem técnico. Porque eu estou aqui, conduzindo esse projeto de lei de forma mais clara e transparente. Então eu estou vendo aqui, que vai ter um encontro aqui, marcado lá no sindicato dos engenheiros, mas nós já temos o texto. Então, Damasceno, eu quero dizer que no dia 25 nós teremos mais uma audiência pública. Naquilo que for possível acatar, nós vamos acatar. Vamos encaminhar e debater com o governo, porque na Câmara não adianta nós querermos votar um projeto de lei, sem estarem em consonância com os órgãos do governo, os técnicos, as Secretarias responsáveis, e depois esse projeto ser vetado. Então, se é para fazer de conta que nós vamos acatar todas as propostas, é fácil. Isso eu sempre digo lá na Câmara, da minha experiência. Acatamos tudo, ótimo, tranquilo, e cá mesmo, o governo vai lá e veta. É uma frustração que não é do meu feitio, e não é da minha forma de trabalhar. Então, nós vamos fazer uma reunião na terça-feira, antes, para receber as propostas que forem possíveis acatar, e vamos continuar debatendo. Assim que chegarmos a um texto comum, médio, comum e aceitável, nós vamos encaminhar para votação. Então, era esse convite que eu queria fazer. E não fizemos então, portanto, no dia 11/09, quinze dias após o 28 de agosto, porque nós não tínhamos espaço na Câmara. E não fizemos a audiência pública hoje, porque tinha essa reunião do CADES, e eu quis estar aqui presente, e sabia que os senhores estariam presentes. Portanto, é por isso que foi marcado para dia 25/09. Era esse comunicado que eu queria fazer aos senhores conselheiros.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado, vereador. Então, aprovada a Comissão, os interessados, por gentileza, mandem um e-mail para o CADES, e pode ser representante, e vamos dar continuidade aos estudos. O seguinte: temos aqui mais um aviso. Eu vou passar para todos os senhores conselheiros e conselheiras, por gentileza. No dia 29 de setembro, às 9h00 às 17h00, vai ter a Primeira Ação Socioambiental da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, no Parque do Carmo. Então nós vamos ter Cat móvel, Carteira de Trabalho, Avaliação Odontológica, Esportes, SABESP, Corte de cabelo, Saúde, Oculista, Eletropaulo, móveis, doação de mudas, shows musicais, temos vários parceiros, inclusive a UNINOVE, agradecer ao reitor aqui, que prontamente, quando marcamos, ele já pôs toda a equipe da Universidade à disposição. Então estaremos, no dia 29, no Parque do Carmo. Gostaria de contar com a presença dos senhores, e quem tiver alguma ação social que pudesse contribuir, entrasse em contato com a Secretaria do Verde, com doutor Evandro Reis, diretor do DEPLAN, que está coordenando essa ação. Obrigado. Vou passar a palavra agora, para o Secretário finalizar.

Secretário Adjunto Manuel Victor: Agradecer então, a presença de todos os conselheiros. O senhor ainda tem...

Cons. Ivo: Sugestão para...

Secretário Adjunto Manuel Victor: Sugestão de pauta da próxima reunião?

Cons. Ivo: Para as próximas reuniões.

Secretário Adjunto Manuel Victor: Pois não.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: O senhor tem sugestão? Ivo, por gentileza.

Cons. Ivo: Ivo, Câmara Regional do Vale do Aricanduva. O Parque do Carmo tem APA natural. E ali está acontecendo que há fiscalização. Tanto que houve um incêndio agora, recentemente, e aí vem aquela angústia: está chegando época de calor, a incidência de incêndios é enorme. Gostaria que vocês, por favor, a Secretaria do Verde agilizassem para que se pudesse ter ali, um trabalho de prevenção.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Então vamos fazer o seguinte: você está pedindo para incluir?

Cons. Ivo: É porque assim eu teria um retorno na próxima reunião. E também estou trazendo aqui o ofício da Associação AMPAST, que também sou diretor lá do Parque Savoy City, o qual nós queremos saber as questões como é que estão. Ali nós temos a Gleba dois. A um está normal. A dois é uma área de proteção ambiental. Nós queremos saber em que passo está, porque a comunidade, nós temos uma reunião todo mês, que a comunidade vem, a gente dá as diretrizes do que está acontecendo aqui no entorno, no bairro. E eu precisava ter essa informação.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Então, por gentileza. Só que esse ofício precisa protocolar. (incompreensível) protocolo na secretaria, avisa o CADES, que a gente manda puxar rápido, para preparar para a próxima reunião, a informação.

Cons. Ivo: E queria só lembra-los. É que cheguei um pouco atrasado porque é distante, que sexta-feira estaremos, na Conferência Estadual, levando, reforçando as propostas por São Paulo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Certo. Fala senhor Ângelo.

Cons. Ângelo: Ângelo, da SAL. A Delaine Romano acabou não lembrando a questão da Comissão Especial de Resíduo, que teria de fazer apresentação do trabalho antes da Conferência Nacional. Então gostaria que, se possível, colocasse essa apresentação na pauta da próxima reunião. O resumo do trabalho que foi feito. Posso passar para a Delaine?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pode.

Delaine: Bom dia. Na verdade, assim, nós terminamos o documento que vai para a Conferência Nacional, e aquela Comissão Especial que sai daqui do CADES, as reuniões são feitas na Secretaria do Verde. Eu acho que poderia ser apresentado aqui, para os Conselheiros.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Sem problemas. Já está incluso.

Delaine: Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: O pedido do Ivo, o diretor do DEPAVE, Milton Persolli, já falou que vai preparar a resposta para a próxima reunião. No microfone, por gentileza.

Cons. Quintino: Meu nome é Quintino, e eu queria, na próxima reunião também, (incompreensível).

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Quintino da onde?

Quintino: Do Parque Municipal da Brasilândia. Porque nós recebemos uma resposta que não convenceu a cabeça do povo. Porque a área é uma área ambiental, é uma área que o povo entrou em uma parte dela, e essa área tem que ser discutida direito, porque ela não foi concluída nos outros parques. Então, o povo não está convencido com isso. Inclusive dia 28, vai ter uma reunião no Jardim Damasceno, na rua Taliâmara, no 105, junto com todas as comunidades, para discutir justamente esse parque municipal da Brasilândia. Porque o parque da Brasilândia... A Brasilândia não tem parque nenhum. Tem uma área verde, uma área que é do meio ambiente, que tem animais, tem macacos, o pessoal chega até a matar os macacos lá dentro. Uma cachoeira muito grande que traz problema até para (incompreensível), tempo de tempestade. E está uma área que está sendo encostada. E o povo não está contente com isso aí. Obrigado.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Senhor Quintino, é o seguinte: a Brasilândia já foi falada duas vezes aqui, já foram dadas as respostas por escrito, eu acho que nós deveríamos trazer assuntos novos. Eu sei que o senhor tem dificuldade, nós sabemos a dificuldade na Brasilândia, mas para trazer, de novo, a mesma explicação para passar para os Conselheiros. É mais fácil o senhor ir na Secretaria. Nós iremos receber com o maior prazer. Venha no departamento, vamos ver se tem alguma novidade, ou se continua aquela que foi respondida para o senhor. O senhor concorda assim? Está bom. Obrigado.

Secretário Adjunto Manuel Victor: Bom, não tendo mais manifestações, então quero agradecer mais uma vez todos os Conselheiros, e dar por encerrada a 153ª reunião plenária ordinária do CADES. Bom dia a todos.

Manoel Victor de Azevedo Neto

Secretário Adjunto
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros presentes:

ANDRÉ DIAS MENEZES DE ALMEIDA
ANDRÉ LUIS GONÇALVES PINA
ANDRÉ LUIZ MOURA DE ALCÂNTARA
ANGELO IERVOLINO
CINTHIA MASUMOTO
DALTON SILVANO
EDUARDO IGNÁCIO DE FARIA
EDUARDO STOROPOLI
EVANDO REIS
ELIANA SAPUCAIA RIZZINI
FERNANDO BORGES FORTES
FLÁVIO SUKAITIS
IVO CARLOS VALENCIO

JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA NETO
LUCAS PHELIPPE DOS SANTOS
LUIZ FERRUA
MARCO ANTONIO CILENTO WINTHER
MARIA LUCIA TANABE
MÁRCIO ESTEVES DA SILVA
MILTON ROBERTO PERSOLI
QUINTINO JOSÉ VIANA
ROBERTO PAULO VALERIANI IGNÁTIOS
SAMUEL DE OLIVEIRA
SERGIO KRICHANÃ RODRIGUES
VANDERLEI BENTO BARBOSA

Conselheiros com justificativa de ausência:

ROS MARI ZENHA

Conselheiros suplentes presentes:

GLAUCO CUGLER DE CARVALHO / JOSÉ CARLOS ANDERSEN / MAURO PEREIRA DE PAULA JUNIOR.

Coordenador Geral:

Luis Eduardo Peres Damasceno

Secretária Executiva:

Ocleres Harkot